SEPLAG**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO****EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/GPI/SEAPS/SEPLAG/2020**

CEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

CESSIONÁRIA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO Nº: 551720/2019

OBJETO: O presente TERMO tem como objeto a cessão de uso da parte ideal de 26.000,00 (vinte e seis mil) m², do imóvel de propriedade do Estado de Mato Grosso registrado sob matrícula nº 69.209, Livro 2 GZ, Folha 13, no Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, localizado na Av. André Maggi (antiga Rua B), esquina com Av. Desembargador Carlos Avalone, Setor "A", Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, transferindo-se a responsabilidade por sua administração, do **CEDENTE** para a **CESSIONÁRIA**, enquanto se der sua vigência, sendo o imóvel destinado a abrigar o "Estacionamento de Veículos, com Cobertura de Placas Solares", visando a geração de energia solar fotovoltaico.

VIGÊNCIA: 10 anos

DATA DA ASSINATURA: 21 de janeiro de 2020

BASILIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG

CEDENTE**JOSÉ EDUARDO BOTELHO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

CESSIONÁRIA**EXTRATO DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E AFETAÇÃO DE BEM IMÓVEL Nº. 01/GPI/SEAPS/SEPLAG/2020**

ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA DE PATRIMÔNIO: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

UNIDADE RESPONSÁVEL: PODER LEGISLATIVO

PROCESSO Nº: 354942/2016

IMÓVEL- O presente TERMO tem como objeto a transferência de responsabilidade e afetação de parte ideal de 34.474,42 (trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro, e quarenta e dois) m², do imóvel de propriedade do Estado de Mato Grosso, registrado sob matrícula nº 69.209, Livro 2-GZ, Folha 13, do Cartório de 2º Ofício de Registro de Imóveis de Cuiabá/MT, correspondente ao Lote 6, Quadra 01, Setor "A", localizado na Av. André Maggi (antiga Rua B), Centro Político Administrativo-Cuiabá/MT.

AFETAÇÃO - O imóvel objeto deste TERMO fica **destinado** ao **Poder Legislativo**, sendo a Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

DATA DA ASSINATURA: 21 de janeiro de 2020.

BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

ORGÃO GESTOR**JOSÉ EDUARDO BOTELHO**

Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

UNIDADE RESPONSÁVEL**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003 /2020/SEPLAG/MT**

Estabelece os procedimentos de requisição, seleção e designação de profissionais da carreira de gestor governamental para atuação no Poder Executivo Estadual.

O **Secretário de Estado de Planejamento e Gestão**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, II da Constituição Estadual e, considerando que a carreira de gestor governamental possui lotação centralizada na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/SEPLAG e atuação descentralizada nos órgãos e entidades da administração estadual, nos termos do art. 2º da Lei n. 9.736/2012;

Considerando a necessidade de acompanhar a inserção e a atuação dos(as) gestores(as) governamentais, nos termos do inciso III, do art. 15,

da Lei n. 9.736/2012;

Considerando o Decreto nº 164/2019 que dispõe sobre as diretrizes, modalidades e descentralização da atuação dos(as) gestores(as) governamentais;

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar os procedimentos de requisição, seleção e designação de profissionais da carreira de gestor governamental para atuação no Poder Executivo Estadual.

**CAPÍTULO I
DA REQUISIÇÃO**

Art. 2º A requisição de gestores(as) governamentais será realizada por meio de formulário padrão encaminhado pelos Secretários de Estado ou Presidentes de Autarquias, Empresas Públicas Estaduais ao Núcleo de Ações Prioritárias - NAP/SEPLAG, contendo, no mínimo, a descrição das atividades a serem desempenhadas.

Parágrafo único. A requisição poderá especificar nominalmente a indicação de um(a) ou mais gestores(as) governamentais, cabendo ao NAP avaliar a oportunidade de atendimento sem prejuízo das atividades em que os mesmos estejam engajados.

**CAPÍTULO II
DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

Art. 3º As demandas serão divulgadas entre os(as) gestores(as) governamentais com a descrição das atividades e requisitos necessários para a execução das mesmas.

Art. 4º A seleção deverá observar a compatibilidade entre a demanda e o perfil dos interessados para a execução das atividades requeridas.

Art. 5º Em casos excepcionais, o NAP poderá indicar diretamente determinado gestor governamental para assumir a demanda, caso julgue prescindível o processo seletivo ou não havendo candidato à vaga.

**CAPÍTULO III
DO PLANO DE ATUAÇÃO**

Art. 6º Após a publicação do ato de designação, o(a) gestor(a) governamental terá um prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar o plano de atuação, que deverá conter, no mínimo:

I - Objeto de trabalho;

II - Objetivos;

III - Entregas e ações previstas;

III - Prazos de execução;

Parágrafo único. Os(as) gestores(as) governamentais ocupantes de cargo comissionado, função gratificada ou que estejam desempenhando atribuição de assessoramento estão desobrigados de apresentar plano de atuação.

Art. 7º No plano de atuação deverão ser pactuadas as condições de trabalho colocadas à disposição do(a) gestor(a) governamental para atuação, especialmente:

I - garantia de disponibilidade de acesso à rede corporativa do órgão ou entidade;

II - garantia de acesso às informações e aos dados correlacionados ao assunto tratado;

III - permissão de acesso às ferramentas informatizadas setoriais;

IV - disponibilidade de equipamentos, móveis e materiais;

V - disponibilidade de equipe técnica, quando necessário.

§ 1º Cabe ao NAP/SEPLAG acompanhar a elaboração e revisões dos planos de atuação.

§ 2º O plano de atuação poderá ser adequado ou aprimorado a qualquer tempo, por iniciativa tanto do requisitante quanto do gestor(a) governamental designado(a), de forma pactuada, em função do andamento dos trabalhos ou mudanças que o exijam.

§ 3º O plano de atuação aprovado, bem como versões aprimoradas após o início de implementação, deverá ser armazenado em sistema informatizado disponibilizado pelo NAP/SEPLAG.

**CAPÍTULO IV
DO ACOMPANHAMENTO DA ATUAÇÃO**

Art. 8º Semestralmente, o(a) gestor(a) governamental encaminhará ao NAP/SEPLAG relatório parcial informando o andamento do projeto/atividade sob sua responsabilidade, bem como as demais produções realizadas.

Art. 9º O(a) gestor(a) governamental que estiver desempenhando as atribuições de assessoramento aos níveis estratégicos, deverá encaminhar, trimestralmente, ao NAP/SEPLAG relatório de atividades informando as ações desenvolvidas no período.

Art. 10 Na conclusão do plano de atuação o(a) gestor(a) governamental deverá elaborar o relatório final de atividades.

Art. 11 O(a) gestor(a) governamental com plano de atuação com prazo inferior a 6 (seis) meses ou que tenha interrompida sua atuação antes do término do prazo deverá apresentar apenas o relatório final de atividades.

Art. 12 Os relatórios deverão ser registrados em sistema informatizado disponibilizado pelo NAP/SEPLAG.

CAPÍTULO V